

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

Geraldo Magela/Agência Senado



Estátua de Ulysses Guimarães, do MDB

União e PSDB: vai chegando ao fim a Nova República

Ainda não se sabe exatamente que movimentos acontecerão até o final da semana. Mas há uma expectativa de que a janela partidária atinja em cheio dois dos partidos que foram a base da chamada Nova República, o processo de reconstrução democrática após 1985, que levou ao fim de 21 anos de ditadura militar, cujo início há 60 anos acabamos de comemorar. Há uma expectativa de

que o União Brasil seja o grande derrotado ao final da janela partidária. E ela pode acabar de sepultar o PSDB, que já há algum tempo amarga não passar de um partido pequeno. Como o MDB também perdeu boa parte de seu antigo tamanho, o tripé de poder que se formou na redemocratização, nos governos Sarney e FHC, vai se despedindo da política, dando lugar a novos atores e novas legendas.

Janela

A janela partidária é um momento em que deputados podem mudar de partido sem sofrer sanções. Como a eleição é proporcional e o voto é na legenda, fora desse período os partidos podem reivindicar de volta a vaga do deputado eleito caso ele troque de partido.

Aliança

A eleição de Tancredo Neves, que pôs fim à ditadura, foi o resultado de uma aliança entre o PMDB e o PFL, dissidência do PDS, que apoiava o regime militar. Mais tarde, do PMDB surgiu o PSDB, que governou o Brasil por dois mandatos com Fernando Henrique Cardoso.

Lula Marques/ Agência Brasil



Chiquinho Brazão na CCJ: o ocaso do União Brasil

Política brasileira vai assistindo ao fim de uma era

O PFL depois mudou seu nome para DEM. Somou-se, então, ao PSL, para formar o União Brasil. O PMDB voltou a ser MDB, o nome que tinha originalmente. O PSDB permanece com o mesmo nome. No começo da redemocratização, os três partidos dividiram o poder no país, com o intervalo dos dois anos de governo Fernando Collor. O MDB

presidiu com José Sarney e Itamar Franco. E o PSDB nos dois mandatos de Fernando Henrique. Na maior parte do tempo, os três partidos estiveram juntos. Agora, definham e devem perder mais tamanho no troca-troca partidário que haverá esta semana. Na expectativa do cientista político André Cesar, especialmente o União Brasil.

Incendiária

A incendiária disputa de poder entre Antonio Rueda e Luciano Bivar é o primeiro motivo de constrangimento. Os nomes tradicionais do antigo PFL saíram do comando. Bivar hoje está completamente isolado, e Rueda também não é um nome político que agrega.

Brazão

A prisão do deputado Chiquinho Brazão (RJ), ex-União, também não ajuda, mesmo ele tendo sido expulso imediatamente depois da detenção. Especialmente porque antes mesmo da acusação, já havia um movimento no União do Rio de Janeiro rumo ao Republicanos.

PSDB

É preciso ver que deputados sairão do PSDB. Mas na semana passada já repercutiu uma troca já repercutiu uma troca no Senado. Izalci Lucas (DF) deixou o ninho tuca no rumo ao PL. Agora, o único senador do PSDB é Plínio Valério (AM), um nome já considerado mais conservador.

MDB

Já o MDB, que por anos foi o maior partido e com o maior comando sobre o Congresso, hoje é somente a quinta bancada na Câmara, e está fora da futura expectativa de poder. No lugar do antigo tripé, despontam novas legendas, como o PSD e o PL. Mas até quando?

PSD deve ser maior beneficiado da janela

Para analista ouvido pelo Correio, maior prejudicado será PSDB

Por Gabriela Gallo

Nesta sexta-feira (05) termina a janela partidária, período estabelecido pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que permite que parlamentares eleitos de forma proporcional possam trocar de partido sem prejudicar seu mandato. E, em decorrência do troca-troca partidário que haverá esta semana, o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), juntamente com líderes da Casa, definiu um recesso informal para que deputados e partidos alinhem seus interesses políticos. Dessa forma, as atividades da Casa estarão reduzidas durante toda semana, suspendendo discussões nas comissões e no plenário da Câmara.

A mudança partidária agora implicará em mudanças nos tamanhos das bancadas da Câmara. Mas também deverá ter implicações nas eleições municipais deste ano. Muitos dos parlamentares que mudarão de partido visam as eleições de outubro, especialmente para prefeito.

Como as mudanças alteram o tamanho das bancadas, houve o pedido de recesso informal, porque as mudanças alteram orientações partidárias e podem mesmo mudar as composições das comissões temáticas, que são feitas de forma proporcional ao tamanho de cada partido.

Após a redefinição dos membros dos partidos, a Câmara dos Deputados voltará a votar pautas relevantes para a Casa – como a manutenção (ou não) da prisão do deputado federal Chiquinho Brazão (Sem Partido-RJ), preso pelo Supremo Tribunal Federal (STF) acusado de ser um dos



Marcelo Camargo/Agência Brasil

Janela partidária reflete nas eleições municipais

mandantes do assassinato da vereadora do Rio de Janeiro Marielle Franco (Psol) e seu motorista Anderson Gomes.

Na primeira semana de abril, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) viajará pelo país a fim de tentar fortalecer laços e destravar alianças, com foco nas eleições municipais. Lula desembarcou no Rio de Janeiro nesta segunda-feira (1) e tem previsão de ir para o interior de Pernambuco na quinta-feira (4), e na sexta-feira (5) desembarca em Iguatu, município do Ceará.

Trocas

As discussões e transições entre os partidos acontecerão ao longo da semana. Porém, ao Correio da Manhã, o consultor de análise política do time de Estados & Municípios da BMJ Consultores Associados Érico Oyama, avaliou que o principal

destaque neste período de janela partidária é “o enfraquecimento no quadro do PSDB, especialmente na cidade de São Paulo, onde há a possibilidade de o partido ficar sem nenhum vereador”. “As saídas foram motivadas principalmente pela resistência da cúpula do partido em apoiar a campanha de reeleição do prefeito Ricardo Nunes (MDB)”, explicou o analista político.

No caso das eleições em São Paulo, a expectativa é que os aliados de Ricardo Nunes filiados ao PSDB migrem para o MDB, o PSD ou o Podemos para seguir apoiando o prefeito. Ricardo Nunes tem apoio dos partidos MDB, União Brasil, PSD, Republicanos, Podemos, PL, PSDB, PP e Novo. Já os partidos de oposição a Nunes são PT, PSOL e PSB.

O analista político ainda considera que o partido que mais

será beneficiado com as trocas de legendas é o PSD, partido de centro em meio a um país polarizado. “Entre os partidos que mais devem se fortalecer vale citar o PSD, que hoje tem o maior número de prefeitos no Brasil e que pretende eleger ao menos 800 nomes nas eleições deste ano. Tendo em vista que recentemente muitos prefeitos do estado de São Paulo migraram para o PSD, o mesmo deve ser observado entre os vereadores”, afirmou.

Apesar das recentes polêmicas e investigações da Polícia Federal (PF) envolvendo o ex-presidente Jair Bolsonaro, para Érico Oyama, o Partido Liberal (PL) também tem chances de aumentar seus quadros ou, pelo menos, não reduzi-los. Isso porque a sigla ainda carrega a força popular do ex-presidente e também “a representatividade do partido perante os políticos mais conservadores”.

Relator no TRE do Paraná vota contra cassação do mandato de Moro

Por Ana Paula Marques

O relator do processo que pede a cassação do senador Sergio Moro (União Brasil-PR), votou, nesta segunda-feira (1), pela improcedência da ação. O desembargador Luciano Carrasco Falavinha Souza, do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR), entendeu que as acusações contra Moro não procedem, e que seu cargo no Senado Federal deve ser mantido.

O julgamento foi suspenso por um pedido de vista de José Rodrigo Sade, segundo desembargador a votar. Com isso, a continuidade da sessão ficou marcada para a próxima quarta-feira (3). O julgamento já estava previsto para durar três sessões, e desta segunda, a do dia 3 e o tribunal também reservou o dia 8 de abril para concluir a análise do caso.

Sergio Moro é acusado de abuso de poder econômico, já que, segundo o PT e o PL acusam, ele teria gasto mais do que o dobro do teto estabelecido por lei para concorrer ao Senado. Mas, para o relator do caso, não houve gasto excessivo no período da pré-campanha.

Ao todo são duas Ações de Investigação Judicial Eleitoral (AIJEs) movidas contra Moro que apontam abuso de poder econômico, caixa dois e utilização indevida de meios de comunicação social durante a pré-campanha eleitoral de 2022. Os processos, analisados em conjunto, também pedem a cassação do mandato do parlamentar.



Marcelo Camargo/Agência Brasil

TRE julga ação que pode cassar mandato de Moro

Acusação

Em 2021, Moro realizou atos de pré-candidatura à Presidência da República pelo Podemos. A acusação defende que foram gastos de aproximadamente R\$ 2 milhões de recursos do Fundo Partidário com o evento de filiação de Moro ao partido, com a contratação de produção de vídeos para promoção pessoal e consultorias eleitorais. Mas Moro não seguiu a candidatura à Presidência nem permaneceu no Podemos.

No ano seguinte, Moro concorreu a senador e ganhou uma das cadeiras de seu estado, o Paraná. Segundo a acusação, ele teve vantagem indevida na disputa pelo Senado Federal por ter tido mais visibilidade do que seus concorrentes, justamente por sua pré-campanha à Presidência da República. Para os acusadores, houve “altos investimentos financeiros realizados antes de Moro deixar o Podemos e decidir se candidatar pelo União Brasil a uma cadeira de senador”, justifica a acusação.

A defesa de Moro rejeitou a contabilidade de gastos feitos na pré-campanha e argumentou que o montante extrapolado não configura crime grave o suficiente para a cassação. O Ministério Público Eleitoral discorda e pede a perda do mandato como punição.

Os advogados do senador também criticaram os argumentos do PT e do PL. “Ninguém está julgando a operação Lava Jato aqui. Mas não dá para esquecer de onde Moro veio. Não dá para esquecer o nível de conhecimento dele junto ao eleitor. Como uma viagem para o Nordeste faz o Sergio Moro ficar mais conhecido no Paraná? Como é que alguém pode dizer, de forma séria, que esse gasto faz ele ter voto aqui em Quitandinha, no Paraná?”, defendeu.

MP

Já o Ministério Público Federal (MPF), em parecer, manifestou-se favorável à cassação do senador. A manifestação foi lida pelo Procurador Regional Elei-

toral Marcelo Godoy, durante a sessão desta segunda. Ele defendeu que “se reconheça a prática de abuso de poder econômico” na campanha de Moro, além de também pedir que a chapa que o elegeu seja cassada e que o parlamentar fique inelegível.

Apesar do julgamento continuar, o futuro político de Moro só será definido nos próximos meses pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). A tendência é que independentemente do resultado no TRE-PR, tanto a defesa de Moro quanto o Ministério Público Eleitoral devam recorrer à Corte Eleitoral.

Inelegível?

Se Moro for cassado, ele ficará inelegível até 2030. Entretanto, não perderá os direitos políticos e poderá assumir cargos públicos não eletivos. Um desses cargos, por exemplo, seria o de ministro de Estado, como o que ele ocupou durante o governo de Jair Bolsonaro, quando comandou a pasta da Justiça.

Mesmo sem ainda esfriar, a especulação de quem ficará em sua cadeira já é comentada. Caso Moro seja realmente cassado, uma eleição suplementar deve ser marcada para a escolha de um novo senador do Paraná, que vai ocupar o cargo até 2030. No partido do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a disputa interna tem dois nomes paranaenses: a deputada Gleisi Hoffmann, presidente do PT e o deputado Zeca Dirceu.

O PL de Bolsonaro, por sua vez, tem como eventual candidato o ex-deputado Paulo Martins.